

Prova de Contabilidade Pública Comentada

Analista Judiciário – Contadoria

TRF-2 (2017)

*Pessoal, a seguir comentamos as questões de Contabilidade Pública aplicadas no concurso para **Analista Judiciário – Contadoria** do TRF-2 2017.*

A prova estava bem tranquila, conforme esperado.

O gabarito é extra-oficial no momento em que estou finalizando esse arquivo. Se vir algo diferente, recurso neles rsrsrs!

Bons estudos!

Gilmar Possati

prof.possati@gmail.com



Curta a nossa página e fique ligado(a) em todas as nossas atividades.
www.facebook.com.br/profgilmarpossati



Inscreva-se no nosso canal no YouTube: **Contabilizando**.



Siga-me no **Instagram**: @profgilmarpossati

50. (CONSULPLAN/Analista Judiciário/Contadoria/TRF2/2017) Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, “as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público e que afetam o resultado. Essas variações patrimoniais podem ser definidas como Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA): corresponde a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários; Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD): corresponde a diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários”. Considera-se realizada a Variação Patrimonial Aumentativa (VPA):

I. Nas transações com contribuintes e terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela ocorrência de um fato gerador de natureza tributária, investidura na propriedade de bens anteriormente pertencentes à entidade, ou fruição de serviços por esta prestados;

II. Quando da extinção, exclusivamente total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior;

III. Pela extinção natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros;

Sobre a Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) estão INCORRETAS as afirmativas:

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.

Segundo o MCASP, considera-se realizada a Variação Patrimonial Aumentativa (VPA):

a. Nas transações com contribuintes e terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela ocorrência de um fato gerador de natureza tributária, investidura na propriedade de bens anteriormente pertencentes à entidade, ou fruição de serviços por esta prestados; **(Assertiva I – Correta)**

- b. Quando da extinção, **parcial ou total**, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior; **(Assertiva II – Incorreta)**
- c. Pela **geração** natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros; **(Assertiva III – Incorreta)**
- d. No recebimento efetivo de doações e subvenções.

Gabarito: D

51. (CONSULPLAN/Analista Judiciário/Contadoria/TRF2/2017) “O Governo Federal, ao analisar seus passivos para elaboração das demonstrações contábeis, verifica contra si uma ação judicial que pode ser classificada como uma obrigação possível, sendo improvável uma saída de recursos que incorpora benefícios econômicos ou potencial de serviços e que seja exigida para a extinção da obrigação”. Neste caso a contabilidade pública deve:

- a) Reconhecer uma provisão, registrar em contas de controle do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e divulgar em notas explicativas.
- b) Reconhecer um passivo não circulante, registrar em contas de controle do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e divulgar em notas explicativas.
- c) Não reconhecer em contas patrimoniais, registrar em contas de controle do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e divulgar em notas explicativas.
- d) Não reconhecer em contas patrimoniais nem registrar em contas de controle do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e divulgar em notas explicativas.
-

Segundo o MCASP, passivo contingente é:

- a. Uma **obrigação possível** resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade; ou
- b. Uma obrigação presente resultante de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:
- i. É **improvável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para a extinção da obrigação**; ou

ii. Não é possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação. Logo, percebe-se que no caso exposto pela questão estamos diante de um passivo contingente.

O MCASP destaca que os passivos contingentes **não devem ser reconhecidos em contas patrimoniais**. No entanto, **deverão ser registrados em contas de controle do PCASP e divulgados em notas explicativas**. A divulgação só é dispensada nos casos em que a saída de recursos for considerada remota.

Gabarito: C

52. (CONSULPLAN/Analista Judiciário/Contadoria/TRF2/2017) “A metodologia utilizada para a estruturação do PCASP foi a segregação das contas contábeis em grandes grupos de acordo com as características dos atos e fatos nelas registrados. Essa metodologia permite o registro dos dados contábeis de forma organizada e facilita a análise das informações de acordo com sua natureza”.

(Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, parte IV)

No PCASP a segregação está de acordo com as naturezas:

I – Natureza de Informação Orçamentária: registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.

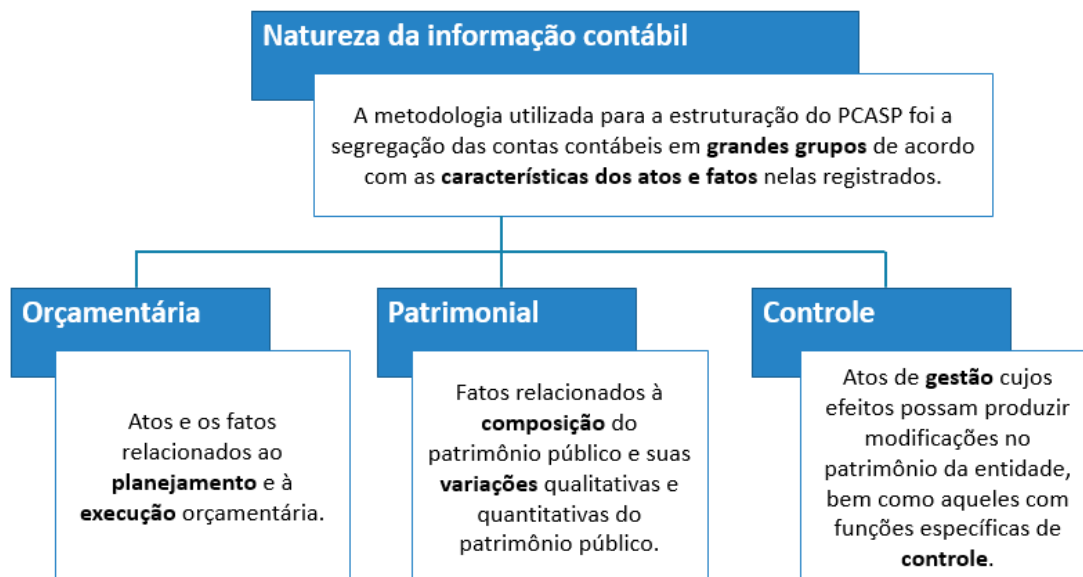
II – Natureza de Informação Patrimonial: registra, processa e evidencia os fatos financeiros e não financeiros relacionados com a composição do setor público e suas variações qualitativas e quantitativas do patrimônio público.

III – Natureza de Informação de Registro: registra, processa e evidencia os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, bem como aqueles com funções específicas de controle.

Sobre a natureza das contas registradas no PCASP estão corretas as afirmativas:

- a) I, II e III.
 - b) I e II, apenas.
 - c) I e III, apenas.
 - d) II e III, apenas.
-

Essa questão “telegrafamos” no nosso aulão de véspera! Esquematizando o disposto no MCASP, temos:



Do exposto, percebe-se que apenas os itens I e II estão corretos.

Gabarito: B

53. (CONSULPLAN/Analista Judiciário/Contadoria/TRF2/2017) O SIAFI (Financeira) é o sistema informatizado no qual se registra, controla e contabiliza toda a execução orçamentária, financeira e patrimonial da União. Ele tem sua segurança baseada nos seguintes princípios e instrumentos, entre outros:

I – Sistema de Segurança, Navegação e Habilitação do SIAFI – SENHA que permite a autorização de acesso aos dados do SIAFI, estabelecendo diferentes níveis desse acesso às suas informações.

II – Fidedignidade dos dados inseridos no sistema, por parte de seus usuários;

III – Conformidade Semanal, a ser realizada pelos titulares das UG (Unidades Gestoras), ou por operadores por eles indicados.

IV – Conformidade de operadores a ser realizada pelos titulares das UG, ou por operadores por eles indicados.

Está INCORRETA apenas a afirmativa:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) IV

Segundo o Manual do SIAFI, o sistema tem sua segurança baseada nos seguintes princípios e instrumentos:

⇒ **Sistema de Segurança, Navegação e Habilitação do SIAFI (SENHA)** que permite a autorização de acesso aos dados do SIAFI, estabelecendo diferentes níveis desse acesso às suas informações; **(Assertiva I – Verdadeira).**

⇒ Fidedignidade dos dados inseridos no sistema, por parte de seus usuários; **(Assertiva II – Verdadeira).**

⇒ Conformidade Diária*, a ser realizada pelos titulares das UG, ou por operadores por eles indicados; **(Assertiva III – Falsa).**

⇒ Conformidade de Operadores, a ser realizada pelos titulares das UG, ou por operadores por eles indicados; **(Assertiva IV – Verdadeira).**

⇒ Conformidade Documental*, a ser realizada pelos titulares das UG, ou por operadores por eles indicados;

⇒ Conformidade Contábil a ser realizada pelas UG Setoriais de Contabilidade, visando validar os valores registrados no SIAFI;

⇒ Procedimento que permite identificar os operadores que efetuaram qualquer acesso à sua base de dados, mantendo registrados o número do CPF do operador, a hora e a data de acesso, a UG a que pertence, o número do terminal utilizado e as informações consultadas;

⇒ Mecanismo de segurança, sob a responsabilidade do SERPRO, destinado a manter a integridade dos dados do Sistema; e

⇒ Inalterabilidade das informações de todos os documentos incluídos no SIAFI, após sua contabilização.

* Até o final de outubro de 2007 existia apenas a conformidade diária e a conformidade do suporte documental. Com o advento da IN STN nº 06/2007, foi criada a Conformidade dos Registros de Gestão que acabou abrangendo as duas conformidades existentes (diária e documental).

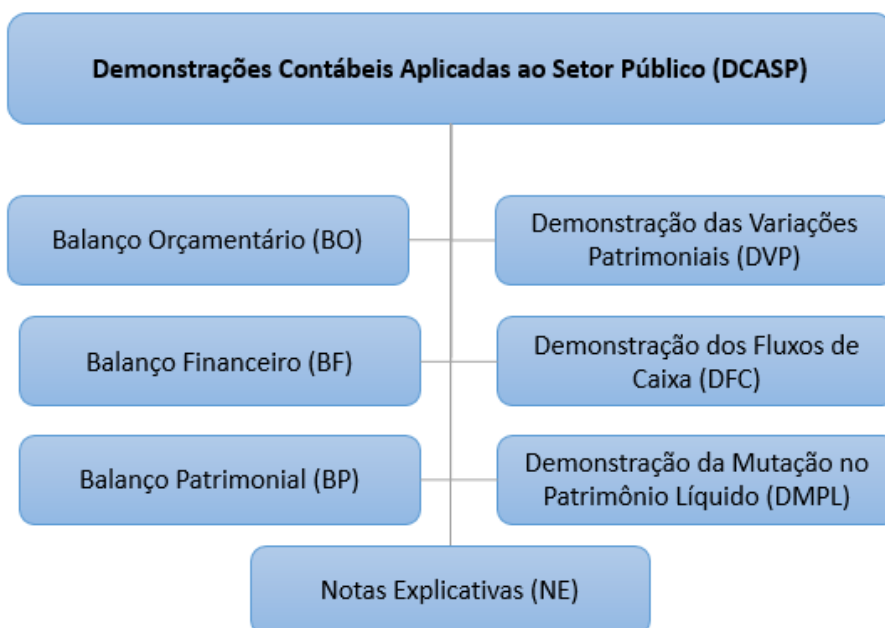
Do exposto, percebe-se que apenas a assertiva III está incorreta.

Gabarito: C

54. (CONSULPLAN/Analista Judiciário/Contadoria/TRF2/2017) A contabilidade aplicada ao setor público tem em seu principal objetivo fornecer informações sobre os resultados e sobre os dados de natureza orçamentária, econômica, patrimonial e financeira das entidades do setor público, ajudando, principalmente na transparência das contas públicas. Para isso ela se utiliza de demonstrações específicas deste tipo de contabilidade. Assinale a alternativa que apresente, apenas, Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

- a) Balanço orçamentário; balanço financeiro; balanço patrimonial; demonstração das variações patrimoniais; e, Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).
- b) Balanço orçamentário; balanço financeiro; balanço patrimonial; demonstração das variações patrimoniais; e, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados.
- c) Balanço orçamentário; balanço financeiro; balanço patrimonial; demonstração das variações patrimoniais; e, demonstração das origens e aplicações de recursos.
- d) Balanço orçamentário; balanço patrimonial; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; demonstração das variações patrimoniais; e, Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

Conforme esquema disponibilizado em nosso curso e abordado na nossa revisão de véspera, temos:



Gabarito: A

56. (CONSULPLAN/Analista Judiciário/Contadoria/TRF2/2017) A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que trata da responsabilidade na gestão fiscal, exige, em seu Art. 54, que seja emitido, ao final de cada quadrimestre, pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no Art. 20, (Ministério Público; Poder Legislativo: Federal, as respectivas Casas e o Tribunal de Contas da União; Estadual, a Assembleia Legislativa e os Tribunais de Contas; Distrito Federal, a Câmara Legislativa e o Tribunal de Contas do Distrito Federal e Municipal, a Câmara de Vereadores e o Tribunal de Contas do Município, quando houver; no Poder Judiciário: Federal, os tribunais; Estadual, o Tribunal de Justiça e outros, quando houver.) do Relatório de Gestão Fiscal. 2. O Relatório de Gestão Fiscal deve conter informações sobre:

- a) A despesa total com pessoal, dívida separada, concessão de garantias e operações de crédito, devendo, no mês de cada quadrimestre, ser acrescido de demonstrativos referentes ao montante das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro e às inscrições em restos a pagar.
- b) A despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias e operações de crédito, devendo, no último quadrimestre de cada exercício, ser acrescido de demonstrativos referentes ao montante das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro e às inscrições em restos a pagar.
- c) A despesa com manutenção, dívida consolidada, concessão de garantias e operações de crédito, devendo, no penúltimo quadrimestre de cada exercício, ser acrescido de demonstrativos referentes ao montante das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro e às inscrições em restos a pagar.
- d) A despesa total do órgão separada por departamentos, devendo, sendo que no último quadrimestre de cada exercício não precisa ser acrescido de demonstrativos referentes ao montante das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro e às inscrições em restos a pagar.

Segundo a LRF, o Relatório de Gestão Fiscal conterá demonstrativos comparativos com os **limites** de que trata a LRF, dos seguintes montantes:

- a) despesa total com pessoal, evidenciando as despesas com ativos, inativos e pensionistas;

- b) dívida consolidada;
- c) concessão de garantias e contragarantias; e
- d) operações de crédito.

No **último quadrimestre**, o RGF deverá conter, também, os seguintes demonstrativos:

- a) do montante da disponibilidade de caixa em trinta e um de dezembro;
- b) da inscrição em Restos a Pagar das despesas liquidadas, das empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa e das não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados;
- c) do cumprimento do disposto na LRF, no que se refere à operação de crédito por antecipação de receita, liquidada com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de cada ano, com observância da proibição de contratar tais operações no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.

Do exposto, percebe-se que apenas a opção “B” está certa à luz do disposto na LRF.

Gabarito: B

60. (CONSULPLAN/Analista Judiciário/Contadoria/TRF2/2017) Um estado brasileiro fez a utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência. “Neste caso, o Balanço Orçamentário demonstrará uma situação de _____ entre a previsão atualizada da _____ e a dotação atualizada”. Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- a) equilíbrio / receita
 - b) equilíbrio / despesa
 - c) desequilíbrio / receita
 - d) desequilíbrio / despesa
-

Segundo o MCASP,

É importante destacar que em decorrência da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência,

o Balanço Orçamentário demonstrará uma situação de **desequilíbrio** entre a previsão atualizada da **receita** e a dotação atualizada. Essa situação também pode ser causada pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior, caso em que esses créditos serão reabertos nos limites de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício financeiro em referência.

Gabarito: C